



Desemprego, arrocho salarial e Escola Cívico-Militar se combatem com as massas nas ruas. ASSEMBLEIA JÁ!

Boletim nº 05 / 07/08/2024



hegamos em agosto, e muitos professores ainda amargam o desemprego ou subemprego como eventuais, e jornadas menores. A categoria ativa sofre com os ataques do governo sem a luta organizada a partir das bases, Isso ocorre porque a direção majoritária da APEOESP fecha as instâncias do sindicato, deixando o caminho aberto para o governo aprofundar os ataques sobre a categoria. Ao se recusar a chamar as bases, essa direção evita o choque direto com o governo. Isso não é à toa, se dá num momento de crise, de maior ataque, de eleições com alianças da esquerda com os partidos da direita. O rebaixamento salarial do professor, as perseguições nas escolas PEI, o fechamento das salas no período noturno, o encerramento do EJA, mostram a situação aterradora que nos encontramos, e a necessidade imediata das ações diretas.

Ao trair a categoria, não chamando a greve no primeiro semestre, a burocracia sindical da APEOESP deu o sinal verde para o governo de Tarcísio/Feder continuar com o caminho aberto para aplicar suas medidas de ataques aos trabalhadores da educação. O pacote de destruição da escola pública é gigantesco, iniciando 2024 com a demissão dos mais de 40 mil professores da categoria O, através do concurso excludente que agora se aprofunda. A convocação que se anuncia expressa a farsa de que o governo garantirá a estabilidade aos professores contratados, porém “oferta” 15 mil vagas, contradizendo a realidade, que é a de 100 mil professores na rede em regime de contratação.

Outro duro ataque é a implantação da escola cívico-militar. A consulta popular, para pretensamente afirmar que o governo de extrema direita de Tarciso/Feder está buscando a democracia, de que o “programa” é o “desejo” dos pais, esconde o autoritarismo, o controle e a violência do Estado burguês dentro das escolas. Há ainda a distorção de setores sociais que contribuem para esse reacionarismo. Bolsonaristas adeptos dessa política extremista vêm depredando os espaços sindicais (subsedes), e agredem militantes que panfletam contra esse tipo de escola. As direções das escolas não permitem o debate sobre o assunto com os pais, alunos e professores, e igrejas evangélicas propagandeiam a escola militar nos cultos, apoiando a propaganda da direita de tendências fascizantes. A crise do capitalismo nos mostra que a burguesia é incapaz, como classe dominante, de responder aos problemas da fome, miséria, dos fenômenos climáticos e da violência reacionária. Por isso, como parte da imposição de sua barbárie social, aprofunda a militarização da sociedade.

Na tentativa de conter a insatisfação do professorado, o governo estadual anunciou um aumento no abono (decreto 68.723/2024, para equiparar o salário do professor ao piso nacional). Tal medida não atende as necessidades da categoria, que tem seu salário corroído. O abono não está incorporado ao salário, é pago para alguns professores, e mesmo assim, o governo não marcou uma data para pagar esse mísero “complemento” de 3,65%, abaixo da inflação do período (3,68%), dado pelo governo burguês de frente ampla de Lula/Alckmin, sequer acena pagar retroativamente.

Tais medidas mostram o ataque brutal dos governos à educação, quando arrocham os salários e aumentam as horas de trabalho, retiram direitos, aumentam o número de contratados em regime precário, avançam com o processo de privatização e terceirização das escolas, destruindo a educação pública. Perdemos a oportunidade de fazer a greve no primeiro semestre contra esse conjunto de ataques, devido à traição da direção sindical e parte da oposição combativa, eis um grande obstáculo a ser superado pelas bases, que deve começar pela exigência das assembleias neste momento.

Para superar o imobilismo da direção traidora e conciliadora da APEOESP, é necessário colocar peso nas reuniões regionais, denunciar que não queremos escola cívico-militar, que exigimos a estabilidade/efetivação imediata de todos que estão trabalhando, sem concurso! Queremos a reposição salarial de 34%, segundo os cálculos do DIEESE, e a incorporação do abono ao salário. Essas são as reais reivindicações, e devem estar expressas na assembleia, onde as bases podem votar um verdadeiro calendário pautado nos métodos da luta de classes (greves, ocupações, piquetes, etc), se organizar para enfrentar efetivamente esses governos golpistas burgueses. Do contrário, não teremos condições de reverter uma linha sequer da destruição que assola a educação pública, sem a convocação de assembleias gerais, conforme os anseios expressos pelas bases e contidos pela burocracia sindical, que aplicou o máximo possível de manobras, impedindo o movimento até onde podem, para garantir seu pleito eleitoral imobilizando a categoria, e não chamando à greve.

PELA GARANTIA DO EMPREGO E REAJUSTES REAIS DE SALÁRIOS PARA TODOS SOB A BANDEIRA DA EFETIVAÇÃO COM ESTABILIDADE SEM CONCURSO PÚBLICO!



+



PPRI
Partido Proletário
Revolucionário
Internacionalista